

## **A CORRUPÇÃO E A FALTA DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DEMOCRÁTICAS**

**Eduardo DUQUE**

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa  
[eduardoduque@braga.ucp.pt](mailto:eduardoduque@braga.ucp.pt)

**António CALHEIROS**

Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa  
[calheiros@braga.ucp.pt](mailto:calheiros@braga.ucp.pt)

### **Resumo**

Uma das consequências da corrupção é a pobreza, à qual está associada a violência e a instabilidade política. A relação entre estas realidades é complexa e, entre elas, existe uma retroação positiva.

A partir de uma análise longitudinal dos dados do *European Values Survey* (EVS), entre 1990 e 2008-2010, apresentam-se algumas ilustrações empíricas, para a situação portuguesa e para a média dos países da União Europeia, relacionando os casos acima mencionados.

Conclui-se que Portugal apresenta um nível de capital humano ligeiramente abaixo do nível médio da escala (de 2,8) e abaixo do nível dos demais países da União Europeia, o que demonstra que continua a ser um país submergido em contextos de fragilidade democrática e cívica. Esta realidade é também perceptível ao analisar as instituições que representam a estabilidade democrática, já que a maioria dos portugueses coloca estas instituições como as menos credíveis, evidenciando, assim, a falta de segurança nas estruturas democráticas.

**Palavras-chave:** Corrupção, violência, instabilidade política, transparência e direitos humanos

### **Abstract**

One of the consequences of corruption is poverty, which is associated with violence and political instability. The relationship between these realities is complex and there is positive feedback between them.

From a longitudinal analysis of the European Values Survey (EVS) data, between 1990 and 2008-2010, some empirical illustrations are presented for the Portuguese situation and for the average of the countries of the European Union, listing the cases mentioned above.

It is concluded that Portugal presents a level of human capital slightly below the average level of the scale (of 2,8) and below the level of the other countries of the European Union, which shows that it continues to be a country submerged in contexts of democratic and civic fragility. This reality is also perceptible when analyzing the institutions that represent democratic stability, since most of the Portuguese place these institutions as the least credible, thus evidencing the lack of security in democratic structures.

**Keywords:** Corruption, violence, political instability, transparency and human rights.

## **1 - O fenómeno da corrupção e os seus efeitos**

Não é fácil identificarmos e explicarmos a realidade nos seus múltiplos aspetos, sobretudo quando esta é objeto de contínuos e sofisticados processos de transformação, os quais, muitas vezes, refletem um tipo de racionalidade estruturada nas forças vigorosas e criativas da ganância e da sobrevivência. Podemos afirmar, com toda a propriedade, ser este o caso da corrupção, realidade onde a complexidade dos diferentes fatores a si associados e as suas múltiplas dimensões e ângulos de análise dificultam a definição deste fenómeno, mas não inviabilizam a fixação do conceito, muito embora saibamos da sua volatilidade e consequentes atualizações.

Independentemente destas dificuldades, a corrupção empobrece as sociedades em todos os seus níveis e dimensões. Isso é particularmente visível nos regimes ditatoriais, onde as riquezas produzidas são drenadas para os bolsos de pequenas oligarquias, as relações sociais contaminadas por tais práticas e, como tal, produtoras de mais corrupção. Ainda que de forma diversa, até porque o escrutínio popular se faz sentir de forma muito mais intensa e eficaz, a corrupção coloca em risco o sistema democrático, atacando este nos seus princípios estruturantes e nas suas normais e desejáveis formas de funcionamento. Coloca-se, assim, a exigência de se combater este fenómeno, exigência essa que terá de, forçosamente, entrar em conflito com um vasto conjunto de interesses contrários.

### **1.1 - Conceito de corrupção**

Torna-se difícil apresentar um conceito preciso de corrupção, já que esta comporta, “por um lado, regras formais/legais e, por outro, regras sociais/culturais ou expectativas relativamente ao exercício de um determinado cargo sob o qual foi depositada confiança” (Sousa e Triães *eds.*, 2008, p. 28). Johnston (2001) acrescenta outros aspetos reveladores desta dificuldade, referindo tratar-se de uma realidade onde entroncam tão complexas como a existência de benefícios incorpóreos difíceis de detetar; a difícil acomodação entre interesse público e interesse privado; os negócios corruptos poderem gozar de maior aceitação social que a própria lei; o facto deste conceito, porque muito ligado a padrões culturais, ser muito sensível ao esvaziamento do seu significado nuclear; a existência de classificações baseadas em ações específicas poderem negligenciar a moralidade, a justiça e valores políticos como a boa representação, deliberação e responsabilidade, valores estes essenciais relativamente à igualdade, aos procedimentos adequados e à justiça.

Por isso, e para além dos diferentes elementos já anteriormente referidos, existem mais dois que consideramos indispensáveis à compreensão deste conceito: a inscrição destas

dinâmicas na natureza humana, assim como a magnitude do problema em função de sistemas políticos diferenciados.

No que ao primeiro aspeto diz respeito, Huxley (s/d:121) defende que a corrupção parece estar inscrita na essência da natureza humana. Há homens que lhe resistem, outros que tiram proveito das situações seguindo um dos seus instintos mais primários. O mesmo se passa com as perceções que o homem tem daquilo que lhe convém, assim como o modo como coletivamente se organiza para atingir os seus objetivos, determinantes para compreendermos o fenómeno da corrupção, assim como a aceitação da mesma pelo tecido social de um país. Por isso, há países mais e menos corruptos, assim como povos mais ou menos tolerantes com a corrupção.

Enquanto realidade social e política, a corrupção não é, segundo Huxley (s/d), maior no sistema democrático que no sistema autocrático. Ela é apenas mais generalizada no primeiro, dado que, segundo este autor, os governos são mais populares. Como são mais populares, existem mais pessoas com a possibilidade de agirem corruptamente, ao passo que no autocrático o espólio é compartilhado entre poucos. Ainda assim, segundo o mesmo autor, nos regimes autocráticos os corruptos chegam cedo ao poder, enquanto que nos democráticos a sua ascensão é mais lenta.

Tendo subjacentes todos estes fatores, concordamos com a definição dada por Ziegler (2003, p. 111), quando afirma que “a corrupção consiste em oferecer ou em prometer uma vantagem a um agente da autoridade pública (ou a um dirigente de uma empresa privada), a fim de que este traia a responsabilidade para com a autoridade (ou a empresa) que representa. Aquele que oferece a vantagem é o corruptor. Aquele que a aceita e trai os deveres do seu cargo é o corrupto. O corrupto tanto pode solicitar explicitamente a vantagem, como aceitá-la passivamente, mas a relação de causa e efeito entre a aceitação da vantagem e a traição dos deveres do cargo é a mesma em ambos os casos”.

## **1.2 - Principais problemas colocados pela corrupção**

A corrupção, enquanto crime económico, potencia fenómenos como a fraude, a evasão fiscal e o branqueamento de capitais, estando na base e no coração do crime organizado internacional. Por isso, é uma incongruência falar-se no combate à corrupção e ao branqueamento de capitais, quando se permite a existência de *offshores*. Estes *offshores*, potenciados pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, associados à morosidade das respostas dos tribunais, têm sido responsáveis pela magnitude e pela intensidade deste fenómeno (Morgado, 2005). A corrupção coloca ainda problemas ao nível da

igualdade. Os custos da corrupção afetam sobretudo quem menos os pode suportar, os mais desfavorecidos, e cimentam lideranças políticas e económicas sectárias. Alimentam também um séquito de pessoas que, não beneficiando enormemente dos benefícios da corrupção, apresentam-se como “testas de ferro” e garantes de sistemas exclusivos e excludentes. Face a isto, as pessoas só podem responder diretamente à corrupção naqueles Estados onde existirem liberdades cívicas e garantias legais significativas, onde existirem alternativas económicas e políticas às negociações com interesses corruptos e onde os tribunais e as agências de aplicação da lei gozem de absoluta independência.

A corrupção coloca em causa, de forma direta e indireta, os alicerces da própria liberdade. Tudo porque pode minar o apoio popular a políticas e líderes democráticos, favorecer o clientelismo, o nepotismo e a formação de máfias e, por último, apresentar-se como uma concorrente direta da política e da economia aberta.

A fraude eleitoral e os obstáculos colocados à criação de organizações independentes, por funcionários corruptos e interesses particulares, são outras das causas que levam à desistência das pessoas da causa pública. Acresce, ainda, o desvio de dinheiro para *offshores*, por parte de responsáveis pela governação, assim como o pagamento de comissões a funcionários e governantes com poder decisório em processos políticos e burocráticos. Os dividendos correm para “o bolso” de alguns, e os custos distribuídos por toda a sociedade, contribuindo, assim, para o empobrecimento de vastos setores da sociedade, em detrimento dessas elites corruptas que se procuram apoderar das instituições democráticas. A ocorrência de tais cenários demonstra, cabalmente, que as eleições competitivas e o equilíbrio partidário não são, por si sós, suficientes para sanear a corrupção. O saneamento desta só é praticável quando a possibilidade de se perder o poder for elevadíssima, dado que o eleitor escrutina rigorosamente os atos de governação e penaliza fortemente os desvios. Se isto for concretizado, não só se evita a fragilização da sociedade, como se promovem mercados livres e competitivos, sem os quais a lógica neoliberal não conseguirá justificar as suas teses (Johnston, 2001).

Talvez, por isso, os Estados economicamente mais evoluídos e com democracias mais sólidas sentiam a necessidade de combaterem a corrupção, comprometendo-se a erradicar este flagelo. Este compromisso, porém, não passa de uma verdadeira hipocrisia, porque a reversão destas dinâmicas não interessam ao poder político. Não interessa porque, na base da

corrupção, encontramos também o financiamento de campanhas eleitorais. O pagamento aos pretensos mecenas far-se-á através de atos verificáveis e por todos conhecidos.

## 2. Instabilidade política e violência

Estes atos de corrupção geram, quando não devidamente combatidos, um aumento da pobreza involuntária. Por esta via, a corrupção guarda uma íntima afinidade com a violência e a instabilidade política.

Isto mesmo é confirmado em países onde governos democraticamente eleitos sofrem a corrosão do crime organizado e do terrorismo, que os procuram derrubar através de métodos inconstitucionais e violentos. Para tal, servem-se de instrumentos bem consolidados e oleados: “a internacionalização, o financiamento, a gangsterização e a corrupção” Garzón (2006, p. 183). Através de tais instrumentos, infiltram-se nas estruturas do Estado. Esta infiltração, porém, não é uniforme porque a sua manifestação está dependente do posicionamento dos cidadãos perante este fenómeno.

Desta infiltração resulta, muitas vezes, o derrube dos estados democráticos por meios anticonstitucionais e violentos, seja através do crime organizado, ou mesmo pela via do terrorismo. Este último, surge-nos, em muitos casos, como uma forma de expressão e de reação aos valores e dinâmicas do individualismo democrático liberal. Segundo os seus detratores, este sistema económico e político não apresenta propostas credíveis e serve-se dos valores democráticos como instrumento de dominação. Fecha-se, assim, o ciclo: o terror irmana-se com a injustiça. Ao irmanar-se, este terror encontra respaldo nas incoerências do individualismo democrático liberal. O individualismo democrático liberal criou condições para o evento de dinâmicas exclusivas e excludentes.

É evidente que tais dinâmicas geram injustiças sociais profundas e criam condições objetivas para o aparecimento do terror, sendo que a injustiça e o terror são os grandes inimigos da democracia. Esta mistura explosiva justifica, em grande parte, o momento delicado que atravessamos.

Os países de diferentes latitudes são, simultaneamente, promotores de injustiças e vítimas do terror. Ao serem promotores de injustiças, estes países favorecem o aparecimento de tais organizações e colocam em risco o equilíbrio social que procuram promover. Para tal contribui também o facto da instabilidade estar sempre presente nestas sociedades. Nelas conseguimos identificar a existência do *nihismo* e da degradação social, a convicção ideológica que não admite diferenças, abrindo veredas à intolerância, ou ainda as guerras religiosas alimentadas por ideologias seculares ou reforçadas pelo fundamentalismo.

Os grupos terroristas, independentemente das suas formas de organização e atuação, apoiam-se nestas dinâmicas para imporem as suas políticas. Alguns, procurando evitar a lógica das “guerras sujas” ocorrida nos diversos países da América Latina, operam como unidades autónomas, ou seja, não precisam de suporte territorial nem de apoio direto das populações. Outros, instalados em países estáveis e sem apoio popular, não conseguem posicionar as suas lutas no plano militar, vendo-se relegados para o plano policial. Independentemente destas diferenças, observam, entre si, elementos comuns: a sua perigosidade e a sede de mediatismo, sede esta que os meios de comunicação acolhem e ampliam. É lógico que o poder político, aproveitando as notícias dos meios de comunicação, têm sabido capitalizar o medo em proveito próprio (Hobsbawm, 2008).

Não são, porém, os únicos beneficiários do medo generalizado. Neste sentido, as convicções irracionais cruzam-se com os interesses irracionais (1). Existem elites económicas e políticas interessadas neste *status quo*. Não faz sentido numa democracia, onde a transparência e o debate são dois pilares essenciais da sua grandeza e vitalidade, existirem grupos económicos e políticos que se reúnem no maior secretismo e, contra o que deveria ser expectável, não se defendam sequer das acusações que lhes são formuladas.

Reúnem-se para criarem o tal Mundo Plano, moldado por uma globalização narcisista, que em tudo procura reproduzir a sua imagem. Para tornar possível esta terraplanagem, os cidadãos são orientados estrategicamente em função do modelo social que se pretende construir. É contra estas pretensões que as organizações terroristas encontram muito do seu fundamento social, já que se assumem como defensoras de idiosincrasias que escapam a estes objetivos.

Assim sendo, tudo indica que somos chamados a optar entre dois mundos possíveis. Tal como nos diz Maalouf (2009, pp. 247, 248), “teremos de escolher entre duas visões do futuro (...). De um lado (...) várias ‘civilizações’ que se afrontam, mas que culturalmente se imitam e se uniformizam, do outro, uma única civilização humana, mas que se desenvolve através de uma infinita diversidade”, apoiada em Estados democráticos estruturados em territórios distintos, no respeito pelas rugosidades culturais e num poder político que baseie os seus alicerces na Justiça.

## **2 Informação e transparência**

A questão da transparência está relacionada com a sua inversa: a manipulação da informação. Esta questão é muito cara à democracia, uma vez que coloca em causa a sua própria existência. Huxley (1959, p.105) refere, sabiamente, que “a sobrevivência da

---

(1) A irracionalidade de ambos não se manifesta ao nível da formulação, mas sim ao nível da manifestação.

democracia depende da aptidão de grandes majorias para fazerem escolhas de modo realista à luz de uma informação sólida. Uma ditadura, pelo contrário, mantém-se censurando ou deformando os factos, e apelando, não para a razão, não para o interesse próprio esclarecido, mas para a paixão e o preconceito, para as poderosas 'forças ocultas', como Hitler lhes chamava, presentes nas profundidades inconscientes de cada espírito humano". Por isso mesmo, apesar de defendermos que esta transparência passa inevitavelmente pela prestação de contas ao nível económico e financeiro, vamos elevar a fasquia da análise e centrarmo-nos em aspetos mais intangíveis.

Muitos autores apelam à necessidade de estarmos atentos à governação a que estamos sujeitos, principalmente nos países considerados democráticos, uma vez que, na prática, estes países apregoam uma doutrina - a democracia - mas praticam um poder não emanado do povo, como resultado de eleições livres, mas de minorias opulentas e privilegiadas, sedentas de poder.

Torna-se necessário reconhecer que a manipulação da informação existe tanto nos regimes ditatoriais como nos regimes ditos democráticos. O objetivo é o mesmo: controlar os cidadãos de acordo com a ordem que se pretende estabelecer. Se o objetivo é igual, os meios são diferentes. Nos regimes ditatoriais os cidadãos são controlados através da censura, enquanto nos pretensos regimes democráticos esta faz-se através do excesso de opinião e de informação, recorrendo-se à propaganda política, a qual visa a aceitação pública através da manipulação e da persuasão.

Sem querermos colocar quem quer que seja em questão, erguem-se vozes "preocupadas" com o défice da nossa democracia. Reconhecemos que o problema da democracia é o ceticismo informal galopante, que une pessoas para além dos circuitos controlados da informação. Esta preocupação é entendida e assumida pelo poder político de forma tão vigorosa que não se hesita, qualquer que seja a escala em questão, em (re)inventar inimigos, em (re)criar cenários apocalípticos, remetendo ao esquecimento aqueles que diferem da opinião da "classe especializada".

A manipulação da informação está nas antípodas do princípio ético que une toda a comunidade humana, acima das suas diferenças temporais e espaciais: "não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti". Contra este princípio universal, a manipulação da informação, a soldo de um qualquer poder que por aí haja, proclama: "tudo é permitido desde que sejamos nós a fazê-lo". O importante é obter-se o consentimento das pessoas, apoiado numa postura acrítica ou mesmo demissionária.

Este problema - o do "consentimento" - também se coloca ao nível das organizações internacionais. Chomsky (1999) constata que ao longo dos tempos as massas têm cada vez mais tomado consciência que o processo político favorece uma minoria privilegiada. No mesmo

sentido, Bourdieu (1998) defende que o Estado é uma realidade ambígua, porque é um instrumento ao serviço da maioria dominante. Por isso mesmo, para se evitar que o Estado regreda, é importante que os cidadãos desenvolvam um forte sentido de cidadania através de uma forte mobilização social, combatendo e lutando contra as constantes tentativas de dominação pelos grupos de pressão.

Sobre estes fenómenos paira um outro central: o fenómeno da globalização. Neste conceito tem-se valorizado a sua componente económico-financeira em detrimento de outras dimensões relacionadas com o agir humano. Se é verdade que não se pode globalizar sem abrir fronteiras, também não é menos verdade que o deveríamos fazer através de ajustamentos que não provoquem clivagens sociais e civilizacionais. A abertura de mercados e a concorrência dos países de mão-de-obra a baixo custo não podem ser argumentos para se retirar direitos adquiridos; assim como a necessidade de implementação global da democracia não pode ser imposta, mas proposta.

Chegados aqui, avançamos as seguintes hipóteses de trabalho:

- Partindo do princípio de que, nas sociedades democráticas, o princípio da confiança é essencial para o desenvolvimento das diferentes corresponsabilidades, e dado que se assiste a um ceticismo galopante na vida política, o que deixa transparecer um certo défice da nossa democracia, encontraremos em Portugal níveis relativamente baixos de confiança.

- Os Estados socialmente mais evoluídos e com democracias mais sólidas apoiam o seu desenvolvimento nos valores plasmados na Declaração dos Direitos do Homem, pelo que, paradoxalmente, nos países onde os valores democráticos são mais deficitários, vive-se sem regras ou pelo menos a sua observância é seguramente reduzida. Posto isto, acreditamos que, em Portugal, não se encontrem justificados um conjunto de comportamentos que se afastam dos valores próprios das sociedades democraticamente desenvolvidas e que, conseqüentemente, se chegue facilmente a comportamentos que contribuem para a alienação das liberdades, direitos e garantias.

- O capital humano é determinante na construção de uma sociedade melhor formada, mais justa e livre, voltada para valores que geram menos desigualdades e mais respeitadores do próximo. Assim sendo, e dado que Portugal está assente em valores frágeis, com muitas desigualdades e injustiças, não se espera encontrar níveis altos de capital humano, pois, o contrário, seria claramente o desejável já que o maior capital humano corresponde a uma sociedade mais desenvolvida e de maior bem-estar.



### 3. Metodologia

De forma a responder aos objetivos e a confirmar as hipóteses a que nos propomos, vamos recorrer aos dados do *European Values Survey*, mais propriamente ao seu último inquérito, aplicado em 2008, que, em contraste com o de 1990, nos permitirão perceber as flutuações e os posicionamentos dos cidadãos face às questões em análise.

Para melhor conhecermos a forma como os portugueses se posicionam, vamos compará-los à média do conjunto dos 27 países da União Europeia. Fá-lo-emos, particularmente, através da análise da confiança social, das normas de reciprocidade e do capital humano. Enquanto que nas duas primeiras dimensões recorreremos a variáveis simples, o mesmo não acontece em relação à medida de capital humano, já que, neste caso, recorrer-se-á a uma medida agregada para dar maior consistência ao próprio conceito. O procedimento da sua construção é descrito aquando da apresentação do tema.

### 4. Resultados

O EVS não apresenta perguntas diretas para as questões que aqui abordamos. Todavia, feita esta ressalva, propomo-nos analisar determinadas variáveis que julgamos serem capazes de responder aos objetivos a que inicialmente nos propusemos. Desta forma, centraremos a nossa análise em três dimensões: **a confiança que as pessoas depositam nos seus pares e nas instituições**, no sentido de que numa sociedade democrática a confiança é o motor central que faz girar o desenvolvimento das corresponsabilidades; a análise das **normas de reciprocidade**, que representam a atitude cívica que cada indivíduo aporta ao seu meio comunitário e, a terceira dimensão a que vamos recorrer, é o **índice de capital humano**, que, girando em torno dos níveis de educação das pessoas, constitui-se como um barómetro de desenvolvimento de um determinado país. Entendemos, assim, que um país que apresente um nível de capital humano alto tem melhores níveis de educação e está melhor preparado para enfrentar os problemas suscitados pela corrupção. Claro que nos países mais pobres a questão que está em jogo é a escolarização básica para todos, sendo que, nos países mais desenvolvidos, porque já têm aquela como adquirida, coloca-se a questão tanto na forma como se deve alcançar uma “boa educação”, no contexto da democracia e da participação, como nas questões do *deficit* de qualificação para fazer frente aos novos modelos de desenvolvimento cultural e social.

A *confiança social* é medida segundo duas perspetivas, por um lado, a *confiança entre pares*, analisada através da questão “De uma forma geral, acha que se pode confiar na maioria

das pessoas ou, pelo contrário, acha que todo o cuidado é pouco?”<sup>2</sup>; por outro, a *confiança institucional*, a partir da questão “Das seguintes instituições, diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma delas”<sup>3</sup>.

Partindo da análise da *confiança social* em Portugal (Figura 1), verifica-se que os portugueses depositam uma confiança baixa nos seus pares, chegando mesmo a diminuir entre 1990 e 2008 (21% e 20%, respetivamente), perspetiva que é reforçada quando afirmam, maioritariamente, que *todo o cuidado é pouco*, desconfiança que aumenta um pouco entre o período em análise (79% e 80%, respetivamente). Ao compararmos esta perspetiva da confiança depositada nos seus pares com o conjunto dos países europeus, verifica-se que há diferenças significativas entre eles, tanto em 1990 como em 2008<sup>4</sup>, o que evidencia que os europeus, na generalidade, depositam mais confiança na maioria das pessoas do que os portugueses, ainda que os valores salientem que essa confiança também seja baixa no período em análise (33% em 1990 e 34% em 2008). Com uma posição de menor desconfiança, os europeus não são tão defensivos como os portugueses no que diz respeito a sentir que devem ter cuidado com as outras pessoas, ainda que a maioria dos europeus refira que *todo o cuidado é pouco* no que diz respeito a confiar nas pessoas (67% e 66%, respetivamente). Os dados apresentados permitem compreender que há, entre a generalidade dos europeus, um sentimento de desconfiança pelos contextos sociais que os envolve, o que não permite que se conjuguem sinergias em prole do bem comum na generalidade dos casos.

Dando continuidade à análise do nível de confiança que os portugueses depositam nos contextos que os envolvem, importa agora compreender o nível de *confiança institucional*. Para tanto, partiu-se da análise da seguinte questão: *diga, por favor, qual o grau de confiança que lhe inspira cada uma das instituições*.

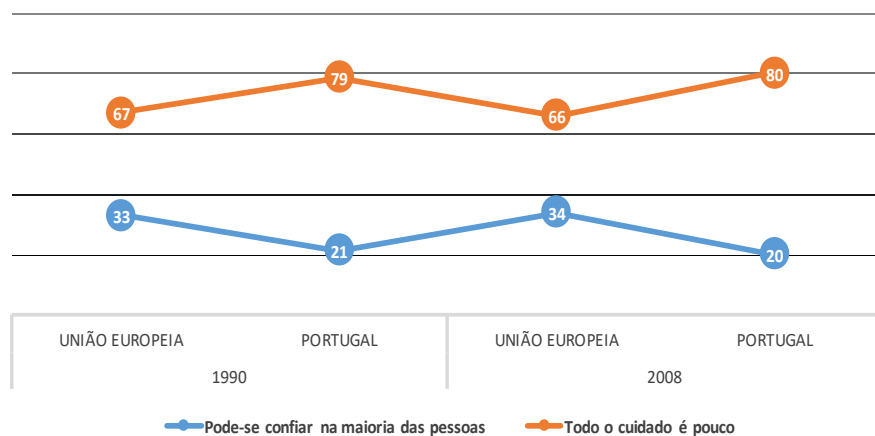
Como é natural, a confiança nas instituições vai sofrendo alterações à medida que a mentalidade se vai reconfigurando. Na verdade, este é o cenário a que assistimos entre 1990 e 2008. Se observarmos o comportamento dos europeus, constata-se que entre as instituições em que os indivíduos mais confiam estão o *Sistema Educativo* e a *Polícia*, tanto em 1990 como em 2008, chegando a aumentar o grau de confiança nestas instituições neste último período (*Sistema Educativo* sobe de 61% para 65%; a *Polícia* de 54% para 63%).

---

(<sup>2</sup>) Esta variável apresenta as seguintes opções de resposta: a) pode-se confiar na maioria das pessoas; b) todo o cuidado é pouco.

(<sup>3</sup>) As opções de resposta variam entre 1 – muita confiança e 4 – nenhuma confiança. As instituições que analisámos, comuns aos anos 1990 e 2008, constam no gráfico.

(<sup>4</sup>) Há diferenças entre Portugal e os países da União Europeia, tanto em 1990 como em 2008:  $\chi^2_{1990} (1) = 69,870$ , coeficiente de Phi = 0,05, em ambos os casos  $p < 0,001$  e  $\chi^2_{2008} (1) = 125,623$ , coeficiente de Phi = 0,06, em ambos os casos  $p < 0,001$ .



Fonte: Elaboração própria, a partir de EVS, 1990 e 2008 (Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

Figura 1 - Grau de confiança da maioria das pessoas (%).

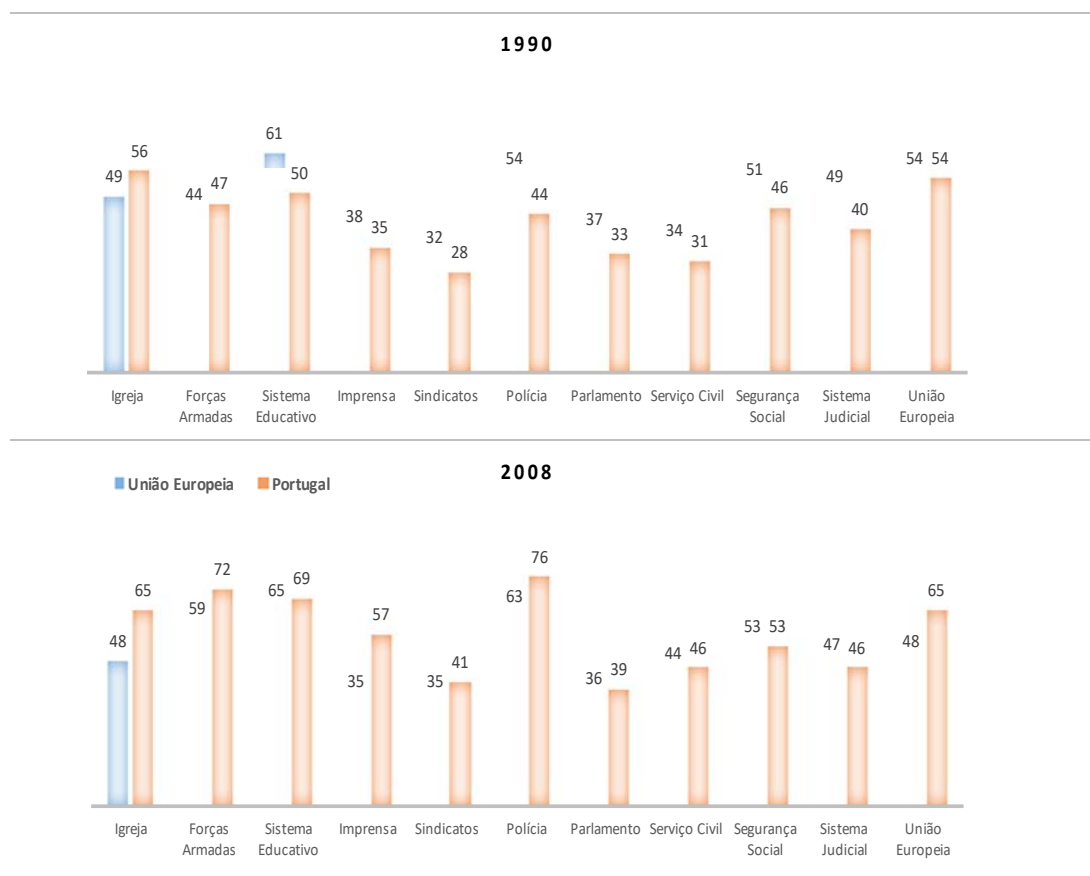
Contrariamente a estas, as instituições que inspiram aos olhos da população europeia menos confiança são, em primeiro, os *Sindicatos*, tanto em 90, com 32%, como em 2008, com 35%, e, em segundo lugar, surge, em 1990, o Serviço Civil, com 34% e, em 2008, a *Imprensa*, com 35%.

Ao analisarmos a confiança depositada pelos portugueses nas mesmas instituições, verifica-se que há diferenças significativas no que respeita às instituições com maior nível de confiança entre estes e o conjunto dos países europeus<sup>5</sup>. Na verdade, em 1990 (Figura 2), os portugueses depositavam maior confiança, em primeiro lugar, na *Igreja* e, depois, na *União Europeia* (56% e 54%, respetivamente) e as que, ao mesmo ano, menos confiança granjeavam entre os portugueses eram as mesmas que os demais europeus, nomeadamente, os *Sindicatos* e o *Serviço Civil* (28% e 31%, respetivamente). Estas prioridades sofrem alterações em 2008, passando a ser a *Polícia* a instituição a que os portugueses mais depositam confiança (76%), estando mesmo acima dos demais europeus, seguida das *Forças Armadas* (72%), instituições que representam um princípio latente de necessidade de segurança.

Não obstante este grau de confiança relativamente alto em relação a estas instituições, se analisarmos do ponto de vista das instituições que representam a estabilidade democrática, vemos que a maioria dos portugueses considera estas instituições como as menos credíveis.

<sup>(5)</sup> Há diferenças significativas entre Portugal e os países da União Europeia, tanto em 90 como em 2008, no *Sistema educativo*:  $\chi^2_{1990}(2) = 58,646$ , coeficiente de Phi = 0,04, em ambos os casos  $p < 0,001$  e  $\chi^2_{2008}(2) = 18424,623$ , coeficiente de Phi = 0,02, em ambos os casos  $p < 0,001$ ; e na *Polícia*:  $\chi^2_{1990}(2) = 50,139$ , coeficiente de Phi = 0,04, em ambos os casos  $p < 0,001$  e  $\chi^2_{2008}(2) = 110,432$ , coeficiente de Phi = 0,05, em ambos os casos  $p < 0,001$ .

Evidenciam, evidenciando, assim, a falta de segurança nas estruturas democráticas, onde se encontra a força dos decisores nacionais, como é o caso do *Parlamento*, ao qual, em 2008, atribuem um grau baixo de confiança (39%), ao *Sistema Judicial* (46%) e até mesmo às instituições que deveriam representar os direitos democráticos, como é o caso dos *Sindicatos* (41%).



Fonte: Elaboração própria. a partir de EVS, 1990 e 2008 - Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia.

Figura 2 - Confiança nas Instituições - (Muita + bastante confiança)

Esta posição deixa claramente transparecer a ideia de que não prevalece, entre os portugueses, o princípio de que o sistema democrático seja eficiente e capaz de responder às suas necessidades, levando a que haja um afastamento destas instituições e uma certa desresponsabilização pelas decisões políticas nacionais.

Analisada a confiança que as pessoas depositam nos seus pares e nas diversas instituições, importa, agora, compreender a atitude cívica que os indivíduos têm no meio em que se inserem, dimensão a que chamamos de *normas de reciprocidade*.

Para a análise desta dimensão recorreu-se a uma bateria de questões relativas à justificação de comportamentos, nomeadamente: *reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito, não pagar impostos se tiver oportunidade, apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença para dar uma volta, mentir no seu próprio interesse e aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres. A partir destes*, os indivíduos eram convidados a expressar o seu nível de concordância, que poderia variar entre ser 1 (sempre justificado) e 10 (nunca justificado).

Partindo da análise das médias apresentadas na Figura 3 verifica-se que o nível de permissividade em relação a comportamentos pouco cívicos é muito baixo, tanto em Portugal como nos demais países da União Europeia, uma vez que apresentam valores acima da média, estando em alguns casos ligeiramente acima das médias dos demais europeus<sup>6</sup>. Na verdade, os dados permitem a leitura de que os portugueses estão cada vez mais sensibilizados para a problemática da corrupção e para os seus efeitos na sociedade, pois, ao observarmos as médias, entre 1990 e 2008, verifica-se que os portugueses se tornam cada vez menos permissivos destes comportamentos sociais, assumindo uma postura mais cívica em prole da justiça social.

Tendo em conta os comportamentos aduzidos para análise, e recorrendo à análise dos dados relativa ao ano de 2008, constatamos que 9 em cada 10 portugueses considera que comportamentos como *reivindicar benefícios ao Estado sem direito a eles, não pagar impostos, aceitar subornos, apropriar-se de bens alheios ou mentir em seu próprio benefício* nunca são justificáveis. Realidade esta partilhada na generalidade das situações pelos demais europeus.

Se tivermos em conta que a confiança nas instituições democráticas, é pouco expressiva e até é menor do que a confiança em outras instituições, é perceptível que os portugueses estão a ser mais exigentes com os comportamentos e resultados das estruturas democráticas do nosso país, bem como com a sociedade em geral.

Esta dimensão, de maior valorização dos direitos cívicos próprios de uma democracia, deixa a perceção de que há, cada vez mais, entre os portugueses uma preocupação pela defesa de comportamentos que colocam em causa valores fundamentais de uma sociedade. Na verdade, a perceção que nos fica da leitura desta dimensão é a de que a sociedade portuguesa quer fazer parte das mudanças e contribuir criticamente para a melhoria das condições de vida dos seus compatriotas.

Esta dimensão, de maior valorização dos direitos cívicos próprios de uma democracia, deixa a perceção de que há, cada vez mais, entre os portugueses uma preocupação pela

---

<sup>(6)</sup> Existem diferenças significativas entre Portugal e os países da União Europeia, tanto em 1990 como em 2008, exceto na *SITUAÇÃO C* em 2008:  $t(38717) = -0,875$ , *ns* em que Portugal e Europa apresentam a mesma realidade.

defesa de comportamentos que colocam em causa valores fundamentais de uma sociedade. Na verdade, a percepção que nos fica da leitura desta dimensão é a de que a sociedade portuguesa quer fazer parte das mudanças e contribuir criticamente para a melhoria das condições de vida dos seus compatriotas.

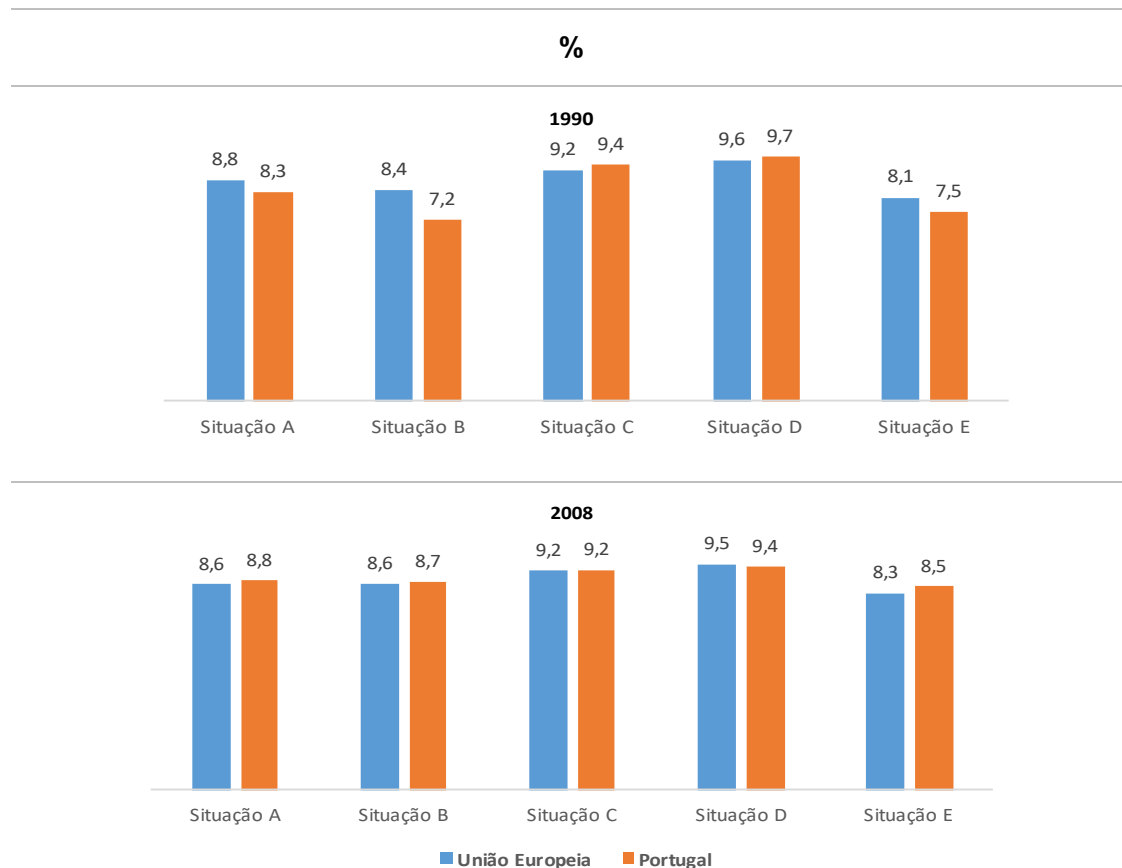


Figura 3 - Normas de reciprocidade (%).

**Legenda:**

<b>Situação A</b>	Reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito
<b>Situação B</b>	Não pagar impostos se tiver oportunidade
<b>Situação C</b>	Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres
<b>Situação D</b>	Apropriar-se do carro de outra pessoa, sem lhe pedir licença, para dar uma volta
<b>Situação E</b>	Mentir no seu próprio interesse

Fonte: Elaboração própria, a partir de EVS, 1990 e 2008. – (Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

De modo a compreender se esta dimensão está enraizada na sociedade portuguesa, ou se estamos apenas a assistir ao despertar dos portugueses para esta consciência cívica e democrática, recorreu-se à análise do *capital humano* de Portugal e da União Europeia.

Para a fazer uma leitura desta dimensão, e uma vez que o *capital humano* não é uma medida unívoca que avalia somente uma dimensão da vida, mas uma capacidade adquirida pelo indivíduo que o torna uma mais-valia no seu contexto, capaz de acrescentar valor social, cultural ou económico, construiu-se, a partir das variáveis disponíveis no *European Values Survey* para o ano de 2008<sup>7</sup>, uma medida de capital humano tão abrangente quanto possível, quer contemplando os conceitos centrais de *capital humano*, como o nível de escolaridade, quer outras dimensões que julgamos centrais neste processo.

Assim, definidas as variáveis que integram a nossa medida de *capital humano*, procedeu-se à reconfiguração das variáveis apresentadas partindo do seguinte procedimento:

- 1) **Idade:** 58-65 anos = 0; 18-22, 23-26 e 55-57 = 1; 44-54 e 27-29 = 2; 30-43 = 3;
- 2) **Nível educativo:** Educação básica incompleta = 0; Educação básica (obrigatória) completa, Formação Profissional e Secundária incompleta = 1; Formação Profissional e Secundária completa = 2; Estudos Universitários (com ou sem título) = 3;
- 3) **Nível educativo dos pais:** Nenhum, Educação pré-escolar, 1º e 2º ciclos = 0; 3º ciclo = 1; Ensino Secundário = 2; Ensino Superior (todos os graus académicos) = 3;
- 4) **Tamanho do habitat:** -5.000 habs. = 0; 5.000-50.000 habs. = 1; 50.000-500.000 habs. = 2; + 500.000 habs. = 3;
- 5) **Tipo de ocupação:** não ocupado = 0; não qualificado = 1; qualificado = 2; superior = 3;
- 6) **Situação laboral:** desempregado = 0; reformado, doméstico e estudante = 1; trabalho a tempo parcial = 2; trabalho a tempo completo e autónomo = 3;
- 7) **Vencimento:** baixo = 0; médio-baixo = 1; médio-alto = 2; alto = 3.

A partir destas 7 variáveis, cada uma com 4 posições, construiu-se o *índice do capital humano*. Por sua vez, o índice foi agregado numa escala de 5 pontos, em que 1 corresponde à posição social *muito baixa* e 5 corresponde à posição *muito alta*.

Analisando as relações entre o próprio *índice de capital humano* e os seus componentes, verificam-se correlações positivas, sobretudo, com o *nível educativo* e a *ocupação profissional* (em ambas,  $r = 0,64$ ), mostrando relações menos expressivas com o *tamanho do habitat* ( $r = 0,37$ ) e o *nível educativo dos pais* ( $r = 0,44$ ).

---

(<sup>7</sup>) O capital humano é trabalhado somente no ano de 2008, dado que no ano de 1990 não se encontraram variáveis compatíveis.

TABELA 1 - Matriz de correlações (*r de Pearson*) entre os componentes do ICH com o próprio ICH

	Idade	Nível educativo	Tamanho do habitat	Ocupação	Situação laboral	Salários	Nível educativo dos pais	ICH
Idade	1							
Nível educativo	0.08**	1						
Tamanho habitação	<i>ns</i>	0.10**	1					
Ocupação	0.07 <i>p</i> < 0.05	0.58**	<i>Ns</i>	1				
Situação laboral	0.28**	0.12**	<i>Ns</i>	0.15**	1			
Salários	0.13 <i>p</i> < 0.05	0.35**	0.23**	0,27**	0.31**	1		
Nível educativo dos pais	<i>ns</i>	0.34**	0.15**	0.25**	-0.07 <i>p</i> < 0.05	<i>Ns</i>	1	
ICH	0.47**	0.64**	0.37**	0.64**	0.55**	0.63**	0.44**	1

Fonte: Elaboração própria. a partir de EVS, 2008. - Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

\*\* A correlação é significativa ao nível 0.01 (bilateral). As exceções são devidamente mencionadas no quadro. Os valores não significativos são identificados como *ns*.

Se tivermos em conta que um nível de *capital humano* alto representa uma sociedade melhor preparada para enfrentar os problemas suscitados pela corrupção e para lutar pelos direitos cívicos, com maior e melhor acesso à educação, com mais igualdade e uma sociedade mais justa, podemos prever que há ainda um longo caminho a percorrer para alcançar um nível satisfatório de *capital humano*. Na verdade, numa escala em que 1 corresponde à posição social  *muito baixa* e 5 corresponde à posição  *muito alta*, Portugal encontra-se no nível 2,8, ligeiramente abaixo ao nível médio da escala (3) e abaixo do nível dos demais países da União Europeia (há diferenças entre Portugal e a União Europeia no nível de *capital humano*:  $t(39321) = 11,699$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2 = 0,003$ ). Esta média evidencia um Portugal ainda imergido em contextos de debilidade democrática e cívica. Por outro lado, importa também reter que nos últimos anos tem havido em Portugal um investimento mais assertivo no melhoramento e prolongamento da escolarização e na oportunidade de alargar os estudos para níveis mais altos como meio para melhorar o acesso a uma vida mais digna e justa, realidade que, a longo prazo, poderá alterar o rumo do *capital humano* português. Ainda assim, a realidade apresentada sobre este *capital* português, em 2008, torna clara a consciência de que Portugal apresenta um acentuado défice educativo, o qual pode ser o motor de ciclos perversos, de dinâmicas de corrupção, de injustiças, desigualdades e sentimentos generalizados de exclusão, negligenciado a maturidade do Estado de Direito Democrático.



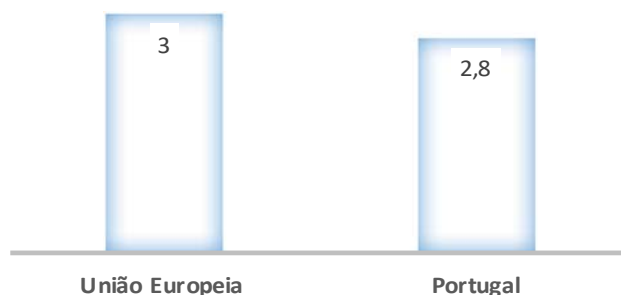


Figura 4 - Índice de Capital Humano (média)

Fonte: Elaboração própria, a partir de EVS, 2008 (Base: População portuguesa e do conjunto dos países que integram a União Europeia).

## 6. Conclusão

Ao longo deste artigo procuramos explorar, dentro dos condicionalismos informativos com que nos deparamos, a íntima relação entre a corrupção, a pobreza, a violência e a instabilidade política. Tudo aponta para que, entre estes indicadores, exista uma retroação positiva. Neste sentido, como forma de reequilibrar as próprias sociedades aprisionadas por estas dinâmicas, incluímos a necessidade dos cidadãos deterem informação fluída e fidedigna, sem a qual qualquer prática de participação, apoiada num consentimento e numa ação esclarecida, está comprometida à partida.

No que à informação diz respeito, verificamos que a mesma é ambígua. É ambígua porque, dado os interesses e as conveniências em jogo, a manipulação não só é possível, como uma tentação permanente. Quando tal ocorre, deixa de equilibrar a sociedade e, porque geradora de desconfianças, aprofunda ainda mais os mecanismos de retroação atrás apontados.

Neste sentido, procuramos saber o que estava a ocorrer no nosso país, numa análise dinâmica e comparativa com a média dos países da União Europeia (EU). Os dados disponíveis, porém, não são suficientes para relacionar todos os indicadores em questão. No entanto, os que são conhecidos permitem-nos relacionar **a confiança que pessoas depositam nos seus pares e nas instituições**, a análise das **normas de reciprocidade** e, por fim, o **índice de capital humano**. Estes indicadores deixaram-nos antever que Portugal possui baixos níveis de confiança na classe política, os quais contribuem para a manutenção e aprofundamento de um perigoso absentismo. Este absentismo, porém, não afasta os portugueses de uma crescente sensibilidade em matéria de uma postura mais cívica a favor da justiça social, onde o bem comum é o fundamento de valores e de critério de atuação.

## 7. Bibliografia

- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta.
- Chomsky, N. (1999). *Neoliberalismo e Ordem global. Crítica do lucro*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Duque, E. (2017). Cultura, educação e identidade na sociedade multicultural. *Indagatio Didactica*, vol. 9 (2), julho, pp. 219-236.
- Duque, E. & Calheiros, A. 2013. De que tempo se faz a relação entre a dromocracia e a democracia? *Sitientibus*, 48, pp. 153-173.
- EVS. (2010), "European Values Study 2008, 4th Wave, Integrated Dataset." Cologne, Germany, GESIS Data Archive.
- Garzón, B. (2006). *Um mundo sem medo*. Lisboa: Ambar.
- Hobsbawm, H. (2008). *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huxley, A. (s/d, ed. original 1959), *O regresso ao admirável mundo novo*. Lisboa: "Livros do Brasil".
- Huxley, A. (s/d), *Sobre a democracia. E outros estudos*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Johnston, M. (2001). Corrupção e responsabilidade: construir bases institucionais sãs para o novo sistema global. In BARRETO, A. [et al.] (Ed.), *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. (pp. 337-360). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Publicações D. Quixote.
- Maalouf, A. (2009). *Um mundo sem regras*. Lisboa: Difel.
- Morgado, P. (2005), *Contos de colarinho branco*. Lisboa: Dom Quixote.
- Sousa, L., Triães, J. (Eds.). (2008). *A Corrupção e os Portugueses - Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: Edições Rui Costa Pinto.
- Ziegler, J. (2003). *Os novos senhores do mundo. E os seus opositores*. Lisboa: Edições Terramar.